

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 02/06/2010 Edição nº 132

Deputado tenta emperrar votação do adicional de risco

O deputado Paes Landim (PTB-PI), tenta mais uma manobra para impedir a concessão do adicional de 30% para os vigilantes. O parlamentar piauiense apresentou requerimento ao Plenário da Câmara, sugerindo o apensamento do Projeto de Lei 6113, de 2009, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) a outros projetos que tramitam na Casa sobre temas semelhantes.

Apensar um projeto ao outro significa fazer com que as propostas sejam apreciadas e votadas pelos parlamentares de maneira conjunta. Aparentemente, isso poderia significar a agilização do processo legislativo. Isso é o que argumenta Paes Landim.

Na verdade, o que o deputado pretende é encaminhar o projeto, que está pronto para votação na Comissão de Constituição e Justiça – última etapa antes da sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – à Comissão Especial de Segurança, constituída para analisar quase uma dúzia de projetos que tratam de segurança privada.

A manobra não é nova. Tanto não é que a tal comissão de segurança privada existe desde junho de 2009. Nós já lutamos nessa batalha. Conseguimos convencer o deputado Filipe Pereira (PSC-RJ), que preside a Comissão, a pedir o desapensamento do Projeto de Lei nº 4436/2008 de iniciativa da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que garante o adicional aos vigilantes.

Levamos um ano para convencer o deputado carioca de que direito trabalhista não tem relação com normas de segurança privada para agora termos que enfrentar, de novo, a mesma manobra? Uma campanha já está em andamento para pedir ao presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), o desapensamento da proposta da senadora. Este projeto e o 6113 são nossas melhores possibilidades de garantir a correção da injustiça que é nós ainda não termos reconhecido nosso direito ao adicional pelo risco que corremos no desempenho de nossa profissão.

É lamentável que essas iniciativas sejam avocadas para uma comissão especial que trata de normas para a segurança privada no Brasil. Nosso direito não tem relação com a segurança privada. Tem, isso, sim, a função de reconhecer um direito que nos é usurpado todos os dias.

O que Paes Landim pretende é “pendurar” na Comissão Especial outra proposta. Nós não podemos permitir!

Companheiros, encaminhem e-mails ao presidente da Câmara, Michel Temer, denunciando essa desfaçatez. O endereço é o dep.micheltemer@camara.gov.br. Também nos ajudem a “explicar” ao deputado Paes Landim que não aceitaremos a tentativa dele de barrar um direito que é nosso. O endereço desse parlamentar é dep.paeslandim@camara.gov.br.

